

FLÁVIO DUTRA/JU



Direita, volver?

Marcelo Kunrath Silva*

A grande novidade do cenário político brasileiro, a partir do ano de 2013, é a emergência de um processo de mobilização coletiva de segmentos conservadores e, especialmente, a utilização da manifestação pública, tradicionalmente um repertório de ação de segmentos subalternos e/ou de esquerda, como forma privilegiada de expressão de suas reivindicações. O caráter recente, complexo e dinâmico desse processo representa um grande desafio para interpretações feitas sem o devido distanciamento temporal. Ao mesmo tempo, o ambiente altamente passional que gerou e é gerado por essas mobilizações conservadoras também instiga a formulação de uma análise que não quer ser mais um discurso pró ou contra esse processo. Apesar desses riscos, considera-se que a gravidade da atual conjuntura política do país demanda análises que consigam qualificar nossa compreensão dessas mobilizações e, especialmente, permitam enfrentar uma tendência de discussão pública baseada centralmente na emoção e na agressão.

Por que “mobilização coletiva conservadora”? O uso do termo “conservador” na caracterização de manifestações como as observadas em 15 de março e 12 de abril de 2015 não tem um sentido depreciativo. No Brasil, diferentemente do que acontece em outros países, os setores sociais e políticos críticos de mudanças que levem à diminuição de desigualdades e/ou à ruptura de relações de dominação tendem a não se apresentar publicamente como conservadores e/ou de direita. E essa é uma das mudanças significativas das mobilizações recentes, particularmente das ocorridas em 2015: uma parcela razoável de seus participantes se autocalifica de direita. Conforme dados do Datafolha, 47% dos manifestantes do dia 15 de março em São Paulo se definiam de centro-direita/direita.

Mas o conservadorismo também se expressa na presença de demandas como a “intervenção militar” que, mesmo não

sendo defendida por grande parte dos manifestantes, encontra expressiva adesão entre os participantes e, o que é mais importante, aceitação por parte daqueles que dela dizem discordar.

Por fim, deve-se destacar o perfil socioeconômico dominante entre os manifestantes, segundo expressam os dados do Datafolha para a capital paulista em 15 de março: majoritariamente branco (69%), com alta escolaridade (76% com curso superior), de idade mais elevada (apenas 14% com menos de 25 anos) e altos rendimentos (41% com renda superior a 10 salários mínimos). Assim, por mais que se observem as tentativas de apresentar tais protestos como uma mobilização popular, pode-se perceber que são claramente conlações que têm como agentes centrais as classes dominantes do país.

A elite brasileira é cordial e civilizada, desde que cada um fique no seu “lugar”

Como explicar a emergência das mobilizações conservadoras? Mobilizações sociais são processos complexos, envolvendo vários mecanismos e condições para a sua produção. Mesmo que seja impossível desenvolver uma explicação adequada para os atuais movimentos conservadores nos limites de um artigo como este, se podem apontar alguns elementos importantes para seu entendimento.

Primeiramente, é preciso destacar que o processo de organização e mobilização de segmentos conservadores não é um

fenômeno recente no Brasil. Na verdade, pelo menos desde o primeiro governo de Lula, particularmente após o episódio do “mensalão”, observa-se a ocorrência de mobilizações desses grupos: por exemplo, os movimentos “Grande Vaia” (em referência à vaia recebida por Lula na abertura dos Jogos Pan-americanos) e “Cansei”, em 2007. No entanto, tais movimentos nunca obtiveram uma grande capacidade de mobilização e declinaram rapidamente. Ao mesmo tempo, organizações conservadoras passaram a se estruturar e/ou ganhar visibilidade pública no mesmo período, como o Instituto Millenium, e, em âmbito local, o grupo político “DCE Livre”, que esteve na direção do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS por dois mandatos em anos recentes. Por fim, deve-se destacar a significativa presença desses setores nas manifestações de junho de 2013 (tal como o grupo “Vem pra Rua”), chegando em certos momentos e locais a dominar os protestos e, inclusive, a confrontar grupos políticos de esquerda que os haviam iniciado (o MPL em São Paulo e o Bloco de Lutas em Porto Alegre, por exemplo). Tais organizações são agentes fundamentais na produção de ideias e na obtenção de elevados recursos para a construção das mobilizações observadas.

Em segundo lugar, a infraestrutura organizativa dos setores conservadores foi alimentada e legitimada pela crescente campanha de praticamente todas as grandes empresas de comunicação contra o governo federal. Mesmo que se rejeite o argumento simplista e equivocado de que a mídia “manipula” os manifestantes, dados como os coletados pela equipe do Manchetômetro, da UERJ, mostram que desde 2012 há um esforço concentrado da mídia na construção de uma percepção do país como submetido a uma profunda crise econômica e política gerada pela má-gestão e corrupção da presidente e de seu partido. Dessa forma, rompeu-se o relativo otimismo predominante entre grande parte da população até 2012, instituindo-se um sentido negativo

que conseguiu até mesmo ofuscar um evento como a Copa do Mundo do ano passado.

Em terceiro lugar, é preciso destacar a novidade e a importância das redes sociais da Internet nos processos de mobilização contemporâneos. Apesar de o impacto dessas redes nas manifestações ocorridas a partir de 2013 ainda necessitar de investigações mais aprofundadas (sendo este um dos projetos em curso em nosso Grupo de Pesquisa), é possível perceber claramente que elas produziram mudanças significativas nas formas tradicionais de construção e difusão desses movimentos. Em especial, pode-se ressaltar o papel central desempenhado por indivíduos conectados na produção e/ou difusão de conteúdos políticos e na mobilização dos membros de suas redes para a participação nas manifestações, compensando em parte as limitações de estruturas mais formais, como as organizações sociais e políticas.

Por fim, é necessário abordar o tema da corrupção, publicizado cotidianamente como a grande causa que congrega esses manifestantes. De um lado, é preciso reconhecer que as contínuas denúncias sobre supostos casos de corrupção envolvendo integrantes do governo federal e/ou do Partido dos Trabalhadores, independentemente da sua veracidade, gerou um sentimento generalizado de estarmos envolvidos em um “mar de lama” promovido por este governo e partido. De outro, no entanto, a clara seletividade da indignação desses manifestantes, que parecem simplesmente desconsiderar as informações sobre o envolvimento de outros partidos e de grandes grupos econômicos em casos de corrupção, tende a sustentar a afirmação da professora Céli Pinto em artigo publicado no Sul 21 de que “a corrupção não importa” efetivamente para esses manifestantes.

Mas se não é apenas a corrupção que mobiliza esses manifestantes, o que seria? Aqui gostaria de retomar a justificativa para denominar tais movimentos como conservadores. Parece-me que, juntamente com um sentimento de indignação moral com a corrupção (que, mesmo seletivo, não pode ser descartado como desimportante), há um conjunto difuso de críticas ou insatisfações em relação a pequenas, mas significativas, mudanças produzidas por políticas públicas implantadas desde 2003, que mexeram nas bases estruturais das dramáticas desigualdades sociais do país. Ações governamentais como a valorização real do salário mínimo, o reconhecimento dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, as ações afirmativas no ingresso nas universidades e nos concursos públicos, as políticas de garantia de renda mínima e de segurança alimentar, o Programa Mais Médicos, entre outras, impactaram uma elite que é cordial e civilizada, desde que cada um fique no seu “lugar”. O fato de alguns setores subalternos não aceitarem mais esse “lugar” e, a partir de oportunidades abertas por aquelas políticas públicas, passarem a demandar aquilo que historicamente foi um “direito” dos setores dominantes, gera uma reação daqueles que sentem sua posição e, especialmente, seus privilégios ameaçados.

A intensa carga emocional desse conflito mostra que a sociedade brasileira chegou a uma encruzilhada e vai precisar enfrentar o seu mais profundo e persistente problema: as desigualdades. Podemos avançar no sentido da construção de uma sociedade mais justa e igualitária (o que vai demandar irmos muito além das atuais políticas públicas) ou retroceder para a reafirmação das injustiças e desigualdades. Eu, particularmente, torço e luto pela primeira alternativa. E é exatamente o confronto entre essas alternativas o que está em disputa nas ruas do país.

*Departamento de Sociologia da UFRGS, Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE)